

Educação em Direitos Humanos e Educação – Experiências da Universidade Federal da Paraíba

Maria de Nazaré Tavares Zenaide

1. Apresentação

Este trabalho se propõe a sistematizar a apresentação realizada durante o Simpósio sobre Educação em Direitos Humanos e Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão no Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos acerca da experiência de Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

A relação entre Universidade e Direitos Humanos foi historicamente construída quando docentes e discentes engajaram-se de modo ativo nas lutas pelos direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais, ainda no contexto da resistência ao regime militar e no processo de redemocratização, entre a década de 70 a 90.

Segundo Landim (2002) foi a partir dos anos 70, que começaram a se consolidar as redes de organizações envolvendo grupos populares que tinham como eixo de atuação as questões sociais e de cidadania. Através de ações de apoio e assessoria em organizações populares, deu-se início às primeiras ações de extensão universitária em direitos humanos. Landim reconhece, entretanto, ser uma relação ambígua, ora com alianças e continuidades, ora com concorrências e descontinuidades.

Além desta abordagem, segundo Arroyo (2001), a consciência cidadã dos docentes universitários no final da década de 70, em que o contexto político era essencialmente autoritário, ocorreu pela via da sindicalização, quando professores conquistaram a condição de cidadãos ativos e foram para as ruas lutarem pelos direitos econômicos e sociais (pelos salários e pela educação como direito coletivo). Foi nesse contexto histórico que, no interior das universidades, surgiram as associações e sindicatos docentes, assim como também, setores de assessoria aos movimentos sociais, comissões e núcleos de direitos humanos (a exemplo da CDH da UFPB e da USP e do Núcleo de Estudos da Violência), entre outros.

A experiência de Educação em Direitos Humanos na UFPB, no período entre 1970 e 2000, pode ser visualizada a partir de cinco eixos temáticos:

- Educação em Direitos Humanos como processo de construção do direito à memória e a comunicação;
- Educação em Direitos Humanos como processo de conhecimento dos direitos e deveres para prevenir a violência e todas as formas de discriminação e para contribuir com o protagonismo social;
- Não basta denunciar é preciso formar para a proteção e a defesa;
- A Educação em Direitos Humanos como intervenção sistemática na formação de valores, atitudes, atitudes e hábitos;
- A Educação em Direitos Humanos como processo de participação nas políticas públicas – desafios e perspectivas.

2. Educação em Direitos Humanos como processo de construção do direito à memória e a comunicação

A educação em direitos humanos objetiva, entre outros aspectos, afetar a naturalização das violações aos direitos humanos; educar para “nunca mais”; contribuir com a construção da memória dos movimentos em defesa dos direitos humanos; oportunizar o uso dos recursos e métodos da comunicação para promover o protagonismo social; empoderar os atores sociais e os processos participativos. Nesse plano de ação, a aproximação com a História, a Comunicação e a Biblioteconomia têm sido promissoras. A imagem e o áudio são recursos de sensibilização relevantes para a educação em direitos humanos, pois permite uma leitura crítica da realidade, dá a voz para os protagonistas, registra a memória histórica social, assim como serve de relevante instrumento de denúncia e defesa. (GOMES, 2001) (SILVA, 2001) (NASCIMENTO, 2001) A imagem, por sua vez, atua no nível da subjetividade, na relação do sujeito com o objeto de análise, contribuindo para uma relação multidimensional acerca do tema tratado.

Por outro lado, a memória como eixo de ação da educação em direitos humanos tem sido uma das formas com que núcleos de estudos e pesquisas e entidades de direitos humanos têm atuado para garantir o registro e a verdade acerca da memória do autoritarismo recente.

2.1. Breve retrospectiva histórica dos Direitos Humanos e os desafios para Universidade

Algumas das entidades de direitos humanos articuladas após 64, iniciaram-se no contexto da igreja católica, a exemplo das Comissões de Justiça e Paz, dos Serviços de Justiça e Paz e dos Centros de Defesa dos Direitos humanos. Na década de 80, ampliam-se as organizações não-governamentais de defesa dos direitos humanos focadas na luta pelos direitos econômicos, sociais e culturais, nas reivindicações dos movimentos e setores populares, nas questões de identidades diversas (mulher, negro, criança e adolescente, homossexualidade e outros) e nas questões sociais relacionadas ao meio ambiente, terra, trabalho entre outros.

A história dos Direitos Humanos no nosso país teve na Universidade um importante ator público. Como afirma Zenaide (2002) na década de 60, algumas Universidades Públicas foram parceiras nas lutas pela resistência política como, também, junto aos movimentos agrários e urbanos, pela ampliação dos direitos sociais, econômicos e culturais e a consolidação dos direitos civis e políticos. Nesse contexto histórico registram-se experiências de extensão acadêmica em educação popular e direitos humanos, em atividades de assessoria, apoio e capacitação aos movimentos sociais, rurais e urbanos, através dos sindicatos rurais e dos movimentos sociais urbanos. (ZENAIDE, 1999) (ZENAIDE e DIAS, 2001)

O golpe militar de 64 atravessou a sociedade brasileira abrindo uma história de graves violações aos direitos humanos, No âmbito universitário as liberdades de pensamento, expressão e organização foram cassadas. O arbítrio afetou as produções acadêmicas, a memória histórica dos processos sociais e as pessoas (os docentes, discentes, servidores e gestores). De espaço de liberdade e de autonomia, a universidade transformou-se em espaço de silêncio coagido, onde ocorreram perseguições às mentes independentes, ameaça à vida, desaparecimento do patrimônio humano democrático, queima dos arquivos e da memória da história política do país. No auge da repressão, a independência da universidade foi aprisionada dando lugar à universidade tutelada pelas forças de segurança,

deformando o princípio da liberdade, condição para a existência da Universidade como espaço republicano e democrático, formador do pensamento crítico.

Com o processo de abertura política, a Universidade, através de seus estudantes, docentes e servidores foi para as ruas com as forças democráticas, ora para denunciar e acompanhar os presos e desaparecidos, ora para preparar a sociedade para o novo momento histórico, abrindo o debate sobre a anistia e a redemocratização do país. Foi um período em que as manifestações culturais agiram educativamente, denunciando e fazendo a crítica ao regime, contrapondo-se às formas de controle político. Foi um tempo em que a luta político-cultural ocupou os espaços educacionais e culturais através de distintos movimentos culturais como os festivais de música, os cinemas de arte organizados pelas associações docentes, as produções audiovisuais, dentre outros. Nesse sentido, as áreas de humanas nas universidades tiveram muita importância e ainda têm para a democracia.

Na década de 80, as universidades contribuíram para fortalecer as forças democráticas, abrindo seu espaço para encontros e assessoria aos movimentos sociais e populares. Nesse novo contexto, membros da universidade se engajaram na criação de centrais populares, de partidos de oposição, como o Partido dos Trabalhadores, de entidades de direitos humanos voltadas para lutas específicas como gênero, etnia, sexualidade, violência sexual e doméstica, exploração dos trabalhadores rurais e urbanos e a degradação ambiental. Muitas produções acadêmicas (vídeos, monografias, dissertações, teses e relatórios) registraram esse momento e a participação da universidade. A universidade participou, portanto, do processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Muitas produções da universidade acerca dessa conjuntura demonstram como foi na contra-hegemonia que o saber e a linguagem democrática se contrapuseram ao autoritarismo gerando novas relações e práticas. É a década da construção da Constituição de 1988, marco institucional para o processo de redemocratização. A universidade, vítima da ditadura, conhecia na pele o que significava a falta de liberdade na função do ensino, da pesquisa e da extensão e por isso valorizou a conquista da autonomia universitária.

Por outro lado, a universidade como espaço de produção do conhecimento investigava e era testemunha das questões sociais, o que também contribuiu para que nessa aproximação ela se engajasse aos movimentos pela cidadania democrática, como as lutas pelo estatuto de cidadania de crianças, mulheres, idosos e etnias, que ao longo da década de 90 e atualmente têm conquistado direitos e políticas públicas.

Durante a década de 90 coube ao engajamento para a consolidação do processo democrático contribuir com o fortalecimento e a criação dos órgãos de esferas públicas da cidadania; estudar o fenômeno da violência e da criminalidade; contribuir com a construção de políticas públicas democráticas; implementar o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I e II); aperfeiçoar a participação social nas gestões públicas; introduzir os direitos humanos como conteúdo acadêmico. Surgem nesse período as primeiras experiências de ensino formal em direitos humanos através de disciplinas na graduação e pós-graduação e cursos de especialização em direitos humanos. Além disso, o Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas insere os direitos humanos no Plano Nacional de Extensão, afirmando o compromisso com a consolidação do processo democrático.

A partir de 2000, observa-se maior atuação institucional de algumas universidades com a temática dos direitos humanos. O tema dos direitos humanos avança no nível do ensino e da pesquisa, até então mais atuante na extensão. Surgem nesse contexto cursos de especialização em direitos humanos, cursos de extensão e especialização em segurança pública com enfoque nos direitos humanos, cursos de mestrado em direitos

humanos, criação de áreas de concentração na pós-graduação, ampliando-se também as produções acadêmicas na área.

2.2. Experiência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba

2.2.1. Educação em Direitos Humanos como processo de construção do direito à memória e a comunicação

O acervo institucional de produções e de imagens existentes na UFPB através do Núcleo de Documentação Cinematográfica – NUDOC, do Núcleo de Documentação Histórica - NIDHIR, do Setor de Estudos e Assessoria aos Movimentos Populares – SEAMPO, Associação Docente – ADUF-PB, do Diretório Estudantil – DCE, da Comissão de Direitos Humanos, do Acervo da UFPB, entre outros, constituem um vasto campo de acervo dos direitos humanos.

A área da Comunicação foi e ainda tem sido atuante e relevante para a educação em direitos humanos. Nela, docentes e discentes elaboram relevantes materiais educativos, editam documentários e vídeos registrando lutas, fotografam as distintas realidades sociais, registram violações aos direitos humanos, subsidiam dossiês concretizando importante instrumento de pesquisa e de estudos. A área de comunicação também tem contribuído para fortalecer processos identitários e políticos, essenciais na educação em direitos humanos. É assim para os trabalhos de direitos humanos realizados pela extensão popular e pelas entidades da sociedade civil. Por exemplo, a memória dos povos potiguaras através do vídeo e da fotografia têm sido materiais educativos necessários para consolidar o processo de luta e o processo formal de ensino como material educativo das escolas indígenas e demais escolas.

Muitos documentários produzidos na UFPB foram e são relevantes não só para a luta social como para a memória da democracia no país. O registro videográfico é um importante instrumento de registro e pesquisa da extensão. São referências na área: Aruanda – Linduarte Noronha; Cabra Mercado para Morrer – Eduardo Coutinho; Conterrâneos Velhos de Guerra – Vladimir Carvalho; Ver para crer – Renato Alves do Nascimento; O caboclo potiguara nessa terra ele nasceu; Sou potiguara e Maria cabocla – GT Indígena.

A memória, por sua vez, permite avaliar pontos de contradição na relação universidade e direitos humanos. A UFPB, em 1969, formalizou a “caça às bruxas” através do Conselho Universitário que instituiu em 27 de agosto, “punições disciplinares aplicadas a alunos e ex-alunos de continuar estudos” por razões de ordem política, pelas atividades julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária”. (UFPB, 1999, p. 9) Por outro lado, com o processo de redemocratização, o mesmo órgão – CONSUNI, aprovou em 1999 Resolução de Retratação a todos os docentes, discentes e servidores punidos pela repressão.

Atualmente, o Núcleo de Documentação Histórica - NIDHIR e o Curso de Pós-Graduação em Educação possuem acervos acerca da ditadura disponíveis para pesquisa, assim como a ADUF possui acerca das lutas pela defesa da universidade pública.

2.2.2. Educação em Direitos Humanos como processo de conhecimento dos direitos e deveres para prevenir a violência e todas as formas de discriminação e para contribuir com o protagonismo social

As primeiras experiências de educação em direitos humanos realizadas por docentes e discentes da UFPB ocorreram de modo não-formal através de ações de extensão no campo da educação popular junto a entidades de direitos humanos e/ou junto a órgãos de cidadania envolvendo atores institucionais do Estado. Na década de 70, foram protagonistas os grupos feministas que lutaram pela Anistia e contra a violência de gênero e a luta pelas liberdades sexuais. Foi ainda nesse período que surgiu a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza problematizando a questão ambiental, assim como a Pastoral da Terra atentou para a questão agrária. Já na década de 70 as questões sociais como meio ambiente e terra, assim como gênero e liberdade sexual estavam nas pautas de ações educativas e de defesa.

Na década de 80, a extensão universitária da UFPB engajou-se no fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos, movimento feminista, entre outros, assessorando, capacitando e apoiando movimentos e organizações não-governamentais, tais como: o Serviço de Educação Popular – SEDUP em Guarabira, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo em Alagoa Grande e Pirpirituba, a Sociedade de Assessoria aos Movimentos Populares e Sindical em João Pessoa, entre outras. (ZENAIDE, 1999). São consideradas ações de extensão popular em direitos humanos - assessoria, apoio a processos de mobilização e organização, rodas de diálogos, elaboração de material educativo informativo, assessoria jurídico-popular.

Na década de 90, a UFPB apoiou e participou através de seus docentes, técnicos e discentes, da criação do Centro da Mulher 8 de Março, do Cunhã Coletivo Feminista, do Movimento do Espírito Lilás e outros. Destaca-se, também, nesse período, a expansão dos trabalhos educativos na área de direitos humanos, voltados para órgãos públicos do sistema de segurança e penitenciário, escolas públicas de ensino fundamental e médio, assim como junto às comunidades dos bairros de Valentina Figueiredo, Geisel, José Américo, Mangabeira, dentre outros. É nessa década que surgem as comissões de direitos humanos das Assembléias e Câmara Municipal e os Conselhos (o Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, o Municipal e Estadual da Mulher, o Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Estadual do Consumidor). A partir do ano 2000 a UFPB atuou na criação de fóruns e Conselhos Estaduais do Idoso, do Negro e da Pessoa com Deficiência.

Na UFPB, a extensão em direitos humanos atravessa a área de humanas envolvendo diversas áreas do conhecimento como História, Comunicação, Psicologia e outras, através de ações de pesquisa e extensão promovidas por diferentes setores da universidade. Por meio da extensão atua em diversas práticas como, por exemplo, projetos e programas de educação em direitos humanos, assistência e orientação jurídica, assessoria às instituições públicas como polícia e escolas públicas, ONG's, fóruns, comissões e conselhos, num amplo leque de intervenção, significando direitos humanos como uma prática para todos e com todos. Essas ações são realizadas através da Comissão de Direitos Humanos, da Coordenação de Programas de Ação Comunitária, dos Centros de Ciências Jurídicas e do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes.

Registram-se como ações em direitos humanos realizadas pela UFPB:

- Serviços de Assessoria, Apoio e Consultoria junto a movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos; programas de reforma agrária; apoio às lutas dos povos indígenas Potiguara no

resgate da cultura, do direito à terra e à educação; assessoria e apoio ao movimento segurança e cidadania; assessoria a Pastoral dos Negros e a Pastoral Carcerária; apoio ao Movimento do Espírito Lilás, ASTRAPA e Maria Quitéria; apoio ao Centro da Mulher 8 de Março e Cunha Coletivo Feminista; assessoria jurídico-popular aos trabalhadores rurais; apoio ao movimento Paz e Cidadania; ao Núcleo de Atendimento às Curadorias da Infância e da Juventude e ao Balcão de Direitos para afro-descendentes e homossexuais com apoio do MLAL.

- Campanhas Educativas: pela tipificação da tortura como crime; de Segurança na UFPB; pela Vida e contra a Violência; pela Paz nas Escolas e no Bairro; contra a Violência.

- Ações de Capacitação em Direitos Humanos através de cursos de extensão e seminários para trabalhadores rurais; jovens e comunidades urbanas; profissionais de segurança; agentes para o Programa Paz nas Escolas; oficina pedagógica em direitos humanos para militantes de direitos humanos; universitários; policiais militares; delegacias especializadas da mulher; comunidades urbanas; conselheiros de direitos; sistema penitenciário; defensores públicos; povos indígenas.

- Seminários: Saúde em Discussão; Direito e Relações Étnicas e Raciais; Questão Penitenciária, Justiça e Cidadania; O Adolescente em Conflito com a Lei; Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos; Avaliação do PNDH; Polícia Comunitária; Reforma da Segurança Pública; A Contribuição da Universidade na Formação em Direitos Humanos; Ouvidorias e Órgãos de Cidadania; Conselhos Estaduais de Direitos Humanos e Ouvidorias Universitárias; Paz nas Escolas; Políticas Penais e Questões Penitenciárias; Direitos Humanos; Unilateralismo Hegemônico e Ordem Global; Segurança e Cidadania; História, Identidade e Povos Indígenas.

- Produção e Difusão de Informação e do Conhecimento: material didático-pedagógico de acesso popular: boletins e jornais; produção de folhetos e textos; cartilhas; livros; vídeos; páginas na Internet.

- Biblioteca Enzo Melegari de Direitos Humanos.

- Ações de Intercâmbio Nacional e Local. Participação de Redes como: Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos; Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos; Movimento Nacional de Direitos Humanos; Consórcio de Direitos Humanos; Rede Nacional de Extensão; Rede Unicidade - Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

- Ações de Intercâmbio Internacional: Fórum Internacional de Educação em Segurança Pública; Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos – PUC/SP, Columbia University, II Colóquio em 2002 criou a Rede Internacional de Educação em Direitos Humanos, integrando as universidades e ONG's do Consórcio; Centro di Studi e Formazione sui diritti dell'uomo e dei popoli Universidade de Padova Máster Europeu em Direitos Humanos que reúne 27 universidades da Europa; Universidade de Florença – Departamento Teoria e História do Direito (Itália) JURA GENTIUM; Center for Philosophy of International Law and Global Politics, Projeto Alfa que inclui universidades da Europa (Florença, Pisa,

Milão na Itália, ESSEX na Inglaterra e Braga em Portugal) e da América Latina (UFPB, Buenos Aires e Universidade da cidade do México), sob a coordenação da Universidade de Florença. Centro de Estudos e Formação aos Direitos Humanos e dos Povos da Universidade de Pádua (Itália); Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas; UNESCO; UNICEF; Movimento Leigos para América Latina – MLAL com sede na Itália.

2.2.3. Educação em Direitos Humanos como intervenção sistemática na formação de valores, atitudes e hábitos.

Enquanto tema de conhecimento e de práticas de natureza interdisciplinar, o modo de trabalhar o tema dos direitos humanos na UFPB tem sensibilizado e mobilizado diferentes áreas do conhecimento (História, Filosofia, Direito, Psicologia, Sociologia, Ciência Política, Serviço Social, Pedagogia) e setores da Universidade (Comissão de Direitos Humanos, Centros de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Coordenação de Ação Comunitária, Núcleo de Documentação Cinematográfica, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, Setor de Assessoria aos Movimentos Populares, Coletivo de Criança e Adolescente, Núcleo de Estudos da terceira Idade, entre outros).

No campo da educação formal, a UFPB vêm desenvolvendo a partir da década de 90 disciplinas optativas em cursos de graduação (Direito, História, Filosofia e Serviço Social) além de disciplinas de direitos humanos em cursos de pós-graduação (Curso de Especialização em Gerontologia e Curso de Especialização em Sexualidade Humana). Em 1995, a UFPB iniciou o I Curso de Especialização em Direitos Humanos com apoio da CAPES e em 2004 e 2005 realizou, com apoio do MLAL, os II e III Cursos de Especialização em Direitos Humanos. Em 2005, como apoio da Fundação Ford, a UFPB iniciou a implantação da área de concentração em direitos humanos no Curso de Mestrado de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas. Atualmente, encontra-se em fase de discussão a realização de um curso de especialização em direitos humanos para o Ministério Público da Paraíba em parceria com o escritório do PNUD - PB.

A UFPB tem atuado, ainda, em parceria com o Centro de Ensino da Polícia Militar da Paraíba e a Academia de Polícia Civil, com vistas à implementação de conteúdos e disciplinas de Direitos Humanos em cursos regulares e de especialização em segurança.

Quanto ao ensino fundamental e médio, a UFPB em 2002 contribuiu com a Secretaria da Educação e Cultura na realização do Curso de Ética e Cidadania para educadores da rede estadual de ensino, envolvendo professores, gestores e técnicos de 147 escolas estaduais e doze regionais de ensino. Desse trabalho, resultou a formação de multiplicadores em ética e cidadania, publicação de livros e cartilhas, edição de jornais, sites e vídeos.

A grande maioria das pesquisas em direitos humanos na UFPB surge vinculada ao plano do ensino, em trabalhos monográficos, dissertações e doutorados, originados nos cursos de graduação e pós-graduação, tanto nos de áreas afins como no curso de mestrado de Direitos que possui uma área de concentração específica em direitos humanos. No campo da extensão, as pesquisas emergem das demandas sociais percebidas por meio de diagnósticos de realidade, estudos sobre povos indígenas, violência de gênero, violência contra idosos, estudos sobre a violência na/da escola, entre outros.

2.2.4. Não basta denunciar é preciso formar para a proteção e a defesa

A educação em direitos humanos sem mecanismos jurídicos e institucionais que protejam a pessoa e grupos em situação de vulnerabilidade e violência não se efetiva, fica apenas na intenção.

A UFPB contribuiu com a criação de importantes instrumentos de defesa no âmbito da universidade: a Comissão de Direitos Humanos, a Ouvidoria Universitária e os serviços de assessoria jurídico-popular. A institucionalidade dos direitos humanos na UFPB iniciou na década de 80 quando através da Portaria R/GR/008/89 designou uma comissão provisória para apresentar uma proposta ao Conselho Universitário de criação de uma Comissão de Direitos Humanos. (DIAS e TOSI, 1996, p. 85).

O Conselho Universitário - CONSUNI através da Resolução Nº 25 de 28 de março de 1990 criou a Comissão de Direitos do Homem e do Cidadão, posteriormente, chamada Comissão de Direitos Humanos¹, com os objetivos de:

- I conscientizar a comunidade paraibana da importância do respeito aos direitos do homem e do cidadão;
- II promover o acompanhamento da situação dos direitos humanos na Paraíba e denunciar a violação desses direitos;
- III solidarizar-se com a causa dos direitos humanos;
- IV tomar posição sobre a questão dos direitos humanos, participando de atos e ações que concorram para o respeito desses direitos, ou para fazer cessar a sua violação;
- V promover seminários, debates, pesquisas e outros eventos sobre os direitos humanos;
- VI promover ou apoiar iniciativas de caráter individual ou coletivo, que visem a restauração ou a preservação da moralidade administrativa e à integridade do patrimônio público;
- VII cooperar com outras comissões congêneres e com outros órgãos semelhantes, para a realização dos objetivos indicados nos incisos anteriores deste artigo;
- VIII Apresentar, anualmente, ao Conselho Universitário relatório de suas atividades. (LYRA, 1996, p.197)

As ações em direitos humanos na UFPB, ao longo das últimas três décadas, têm se articulado com a dinâmica dos setores e atores sociais, contribuindo para fortalecer a participação política em defesa e promoção dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que têm contribuído para o processo de democratização das instituições públicas. A origem e a história dos direitos humanos no Brasil e na Paraíba têm se caracterizado pela trajetória em defesa da cidadania democrática, de modo que sua identidade política é claramente definida em relação à democracia e a defesa intransigente do direito à vida.

No plano externo, a UFPB liderou o processo de articulação que deu origem à criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão – CEDDHC, instituído através da Lei Estadual No. 5.551 de 15 de janeiro de 1992, contribuindo para fortalecer a criação de mecanismos institucionais de proteção e defesa, condição

¹

institucional para a luta em prol dos direitos humanos no Estado e no país. (LYRA, 1996, p.25)

2.2.5. A Educação em Direitos Humanos como processo de Participação nas Políticas Públicas.

Com a implantação, em 1996, do Programa Nacional de Direitos Humanos, algumas universidades públicas brasileiras ampliaram a participação em ações de extensão e ensino voltadas para a promoção dos direitos humanos. O PNDH demandou às universidades pesquisas, ações de capacitação, assessoria e consultoria, assim como a colaboração na criação e apoio aos conselhos, fóruns e comitês de políticas públicas, direitos e defesa. A UFPB participou em conjunto com o CEDDDHC, tanto do seminário de criação do I PNDH, em Recife, em 1995, quanto do Seminário de Atualização do II PNDH realizado em João Pessoa. No tocante ao I PNDH, a UFPB participou das Conferências Nacionais, assim como contribuiu em 27 de julho de 2000, com a realização do Seminário de Avaliação do PNDH em João Pessoa, evento realizado em parceria com o CEDDDHC, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e o NEV/USP.

No processo de construção do Plano Estadual de Direitos Humanos, a UFPB contribuiu com o CEDDDHC na realização de Oficinas de Preparação do Plano Estadual de Direitos Humanos, processo este que antecipou a Conferência Estadual que deliberou sobre as metas programáticas para o Estado da Paraíba. Tais ações foram possíveis devido a um projeto de fortalecimento do conselho, apoiado pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e de um convênio com a Secretaria da Segurança Pública. A UFPB mobilizou seus quadros para contribuir com as oficinas regionais nos municípios de Guarabira, Sousa e Campina Grande no período de novembro a dezembro de 1999.

A CDH participou ainda em 2002 e 2004, da I e II Conferências Estaduais de Direitos Humanos, quando foram deliberadas, através das representações institucionais, as metas de ação para o Estado da Paraíba e para o PNH II.

Em 1996, com o I PNDH esta demanda de ação, segundo PINHEIRO (ibid., p. 118), se fortalece e se amplia diante da necessidade do governo brasileiro de enfrentar internacionalmente as graves violações aos direitos humanos praticadas por agentes do Estado, bem como implementar a reforma do Estado e consolidar o regime democrático, garantindo os direitos de cidadania e os direitos humanos no Brasil.

Na área de segurança e justiça, a UFPB e o CEDDDHC desde 1992 iniciaram através de ações de extensão (cursos e seminários) as primeiras ações de educação em direitos humanos voltadas para os profissionais deste campo de atuação. A partir de 1997, com o apoio dos recursos do CODEFAT essas ações de se ampliaram.

No contexto atual, a UFPB tem atuado no processo de construção, revisão e implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, através dos Encontros Estaduais de Educação em Direitos Humanos, cursos de capacitação e estruturação do Comitê Estadual de EDH. No âmbito interno, apesar dos significativos exemplos de ação, ainda tem muitos desafios para ampliar a inserção da temática dos direitos humanos no plano do ensino.

Considerações Gerais

A associação entre Educação em Direitos Humanos e Educação Superior é um vasto campo de trabalho para o ensino, a pesquisa e a extensão. A experiência da UFPB é um exemplo concreto de como as três funções da universidade têm muito que realizar na educação em e para os direitos humanos. Outras universidades públicas têm também uma vasta experiência, podemos citar a Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de São Carlos, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Aracajú, Universidade Federal de Goiás, entre outras.

Dentre os destaques da UFPB no campo dos Direitos Humanos, cita-se a ampla experiência no campo da extensão universitária, reconhecida pela premiação em direitos humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. No âmbito do ensino, ressalta sua atuação pioneira em cursos de especialização em direitos humanos com atenção para as entidades de direitos humanos e o Curso de Pós-Graduação em Direito com área de concentração em direitos humanos com o apoio da Fundação Ford. A experiência da UFPB pode ser um exemplo prático de como a extensão se articula com o ensino e a pesquisa, como nesse processo a universidade relaciona-se com a sociedade, e como nesse processo ela consolida ações de educação em direitos humanos. Na experiência relatada, ressaltam-se: a importância da relação entre memória e educação em direitos humanos; entre a promoção de direitos - conhecimento dos direitos e deveres e a prevenção da violência e todas as formas de discriminação e para contribuir com o protagonismo social; a relação entre o exercício da denúncia e a proteção e a defesa; a necessidade da intervenção sistemática na formação de valores, atitudes e hábitos; a participação nas políticas públicas e nos órgãos e esferas públicas da cidadania.

Se a prática institucional se faz e concretiza-se na ação dos seus atores, incluindo nesta o público, foi nas ações de docentes, discentes e técnicos comprometidos com as lutas concretas em defesa dos direitos humanos, entendido na sua conceituação abrangente, que na UFPB os direitos humanos foi sendo construída como área interdisciplinar de conhecimento.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel. A universidade e a formação do homem. SANTOS, Gislene A (Org.) **Universidade formação cidadania**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

BRASIL. Relatórios da Comissão de Direitos Humanos. João Pessoa: UFPB, 1991/1992. (mimeo)

BRASIL. Relatórios da Comissão de Direitos Humanos. João Pessoa: UFPB, 1993/1994. (mimeo)

BRASIL. Relatórios da Comissão de Direitos Humanos. João Pessoa: UFPB, 1996- 1997. (mimeo)

BRASIL. Relatório da Coordenação de Ação Comunitária. João Pessoa: UFPB, 1997. (mimeo)

BRASIL. Relatório da Coordenação de Ação Comunitária. João Pessoa: UFPB, 1998. (mimeo)

BRASIL. Relatório da Coordenação de Ação Comunitária. João Pessoa: UFPB, 1999. (mimeo)

BRASIL. Relatório da Coordenação de Ação Comunitária. João Pessoa: UFPB, 2000. (mimeo)

BRASIL. Relatório da Coordenação de Ação Comunitária. João Pessoa: UFPB, 2001. (mimeo)

BRASIL. Relatório da Coordenação de Ação Comunitária. João Pessoa: UFPB, 2002. (mimeo)

BRASIL. Relatório da Coordenação de Ação Comunitária. João Pessoa: UFPB, 2003. (mimeo)

BRASIL. Relatório da Coordenação de Ação Comunitária. João Pessoa: UFPB, 2004. (mimeo)

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos I**. Brasília: 1996.

BRASIL, Relatório do II Curso de Especialização em Direitos Humanos. João Pessoa: UFPB, 2003.(mimeo)

BRASIL, Relatório do III Curso de Especialização em Direitos Humanos. João Pessoa: UFPB, 2004.(mimeo)

CARNEIRO, Glória e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Representações Sociais da Prática Institucional em Direitos Humanos e Educação Popular em João Pessoa: UFPB. 1995 (mimeo)

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

DIAS, Lúcia Lemos. Ações educativas em direitos humanos. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Orgs.) **Relatório de experiência de educação em direitos humanos**. João Pessoa, JB Editora, 1999.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Relatório Final da Reunião Técnica de Trabalho: Direitos Humanos na Universidade Brasileira. São Carlos , 2001. (mimeo)

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Relatório Final do Seminário Extensão Universitária e a Política do Adolescente em conflito com a lei. João Pessoa, 2001. (mimeo)

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Relatório Final do VI Congresso Ibero-americano de Extensão. João Pessoa, 2001. (mimeo)

GOMES, Alberto Albuquerque. Sociedade civil e universidade – caminhos e descaminhos de uma quase parceria. SANTOS, Gislene A (Org.) **Universidade formação cidadania**. São Paulo:Cortez Editora, 2001.

GOMES, João de Lima. As representações na comunicação das lutas populares. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e DIAS, Lúcia Lemos. **Formação em direitos humanos na universidade**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

Landim, Leilah.Múltiplas entidades das ONGs. HADDAD, Sérgio. **ONGs e universidades**. – desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002.

LINS, Ana Maria Moura. **A ciência dos homens x educação**.Maceió: EDUFAL, 2000.

LYRA, Rubens Pinto. **Universidade e movimento docente**. João Pessoa: FUNAPE/Editora Universitária/UFPB, 1982.

____. **A Nova Esfera da Cidadania**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

LYRA, Rubens Pinto (Org.) **Direitos Humanos**: os desafios do Século XXI. Uma abordagem interdisciplinar. Brasília: Brasília Jurídica, 2002 .

NASCIMENTO, Renato Alves do Representações na comunicação de lutas pela construção da cidadania – o vídeo. . ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e DIAS, Lúcia Lemos. **Formação em direitos humanos na universidade**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa, RIQUE, Célia e FREITAS, Fábio Fernando Barbosa de (Orgs.) **Polícia e democracia**: desafios à educação em direitos humanos.Recife: Bagaço Editora, 2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org). **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFGM/ Fórum, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e MESQUITA NETO, Paulo de. (Orgs.) Programa nacional de direitos humanos. **Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol I, No. 01, 1987.

____. **Primeiro relatório nacional sobre os direitos humanos no Brasil**: realizações e desafios. São Paulo: USP/ NEV, 1999.

RABAY, Glória. Movimentos de mulheres é movimento de direitos humanos. ZENAIDE,

Maria de Nazaré Tavares e DIAS, Lúcia Lemos. **Formação em direitos humanos na Universidade**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI – para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2ª. Edição. São Paulo:Cortez, 2005.

SILVA, José Barbosa da. Representações na comunicação de lutas pela construção da cidadania – os meios de comunicação no processo organizativo dos grupos e movimentos populares. . ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e DIAS, Lúcia Lemos. **Formação em direitos humanos na universidade**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

TOSI, Giuseppe (Org.) **Direitos humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Projeto Unicidade/Editora Univeritária/UFPB, 2005.

UFPB. **A retratação da UFPB** – edição alusiva às comemorações dos 20 anos da Lei da Anistia. João Pessoa, 1999.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. **Relatório experiência de educação em direitos humanos na Paraíba**. João Pessoa: JB, 1999.

____. E DIAS, Lúcia Lemos (Org). **Formação em direitos humanos na universidade**. João Pessoa, Editora Universitária, 2001.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Direitos humanos e extensão Universitária: a atuação do Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas. João Pessoa: I Congresso Nacional de Extensão/UFPB, 2002.



www.dhnet.org.br